

Subjetividade: a interpretação do behaviorismo radical*

Melania Moroz
Denize Rosana Rubano
*e Equipe***

Skinner, em seu livro *About Behaviorism*, faz uma lista de vinte afirmações que, segundo ele, são erroneamente atribuídas ao behaviorismo radical; a primeira afirmação é a de que “O Behaviorismo ignora a consciência, os sentimentos e os estados mentais” (1974/1982, p. 7).¹ De fato, Skinner tem razão: diferentes estudos, tal como verificado por Gioia (2001), identificaram que uma das críticas recorrentes ao behaviorismo é a de que ele considera o homem uma “caixa preta”, no sentido de que o mundo interior do indivíduo não é levado em consideração.

No Brasil, afirmações de que “A tônica da visão de mundo behaviorista está nos comportamentos observáveis e mensuráveis do sujeito, isto é, nas respostas que ele dá aos estímulos externos”, de que “o comportamentismo não se ocupa do organismo do sujeito, pois a crença básica é que certo estímulo provocará certa resposta, independentemente do sujeito (daí a analogia com a caixa negra)”, ou, ainda, de que “A Psicologia de Skinner é uma psicologia do ‘organismo vazio’, que estuda as condições ambientais (estímulos), pesquisando o modo como afetam o repertório de respostas do organismo”, entre outras, foram detectadas por Gioia (ibid., pp. 145-146) em livros dirigidos à área de educação, mais especificamente à formação de professores. Dado que os refe-

* Este trabalho foi um dos produtos elaborados durante realização de projeto de pesquisa, que teve a primeira autora como coordenadora e os demais autores como participantes.

** Alessandra Maurutto, Marcos A. Lucci, Mônica Helena T. A. Gianfaldoni (doutorandos), Hélia Hisako Utida, Ketney Bocchi (mestrandos), alunos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação.

1 Serão apresentadas, sempre, a data do texto original seguida da data da edição citada (quando esta for diferente).

ridos livros foram editados ou reeditados na década de 90, fica claro que essas afirmações não estão relegadas ao passado, mas ainda fazem parte do contexto atual de discussão da abordagem.

Justifica-se, assim, a relevância de um texto que apresente o tratamento dado por Skinner aos eventos caracterizados, em outras abordagens, como mentais, cognitivos, afetivos, isto é, aos eventos relativos à subjetividade do indivíduo. Como recurso de explicitação de suas idéias, utilizar-se-ão trechos de obras do próprio autor. Assim, nada melhor, ao iniciar o presente texto, do que a ele recorrer.

A afirmação de que os behavioristas negam a existência de sentimentos, sensações, idéias e outros traços da vida mental precisa ser bem esclarecida. O behaviorismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico excluíam os acontecimentos privados porque não era possível um acordo público acerca de sua validade. A introspecção não podia ser aceita como uma prática científica e a psicologia de gente como Wilhelm Wundt e Edward B. Titchener era atacada por isso. O behaviorismo radical, todavia, adota uma linha diferente. Não nega a possibilidade da auto-observação ou do autoconhecimento ou sua possível utilidade, mas questiona a natureza daquilo que é sentido ou observado e, portanto, conhecido. Restaura a introspecção, mas não aquilo que os filósofos e os psicólogos introspectivos acreditavam “esperar”, e suscita o problema de quanto do nosso corpo podemos realmente observar. (1974/1982, p. 18)

O texto acima permite pontuar que há diferentes versões do behaviorismo, sendo Skinner representante da corrente behaviorista radical, a qual se opõe ao behaviorismo metodológico, tanto quanto a derivações do positivismo lógico, no que se refere à aceitação da existência de acontecimentos privados. Como explicitamente declara Skinner, parte do mundo de um indivíduo está contida no interior de sua pele e não há razão para não considerá-la em uma ciência do comportamento. A admissão da privacidade do indivíduo é assim explicitada, já em 1953:

Mas parte do universo está encerrada dentro da pele de cada um. Portanto, algumas das variáveis independentes podem se relacionar ao comportamento de maneira singular. A resposta de um indivíduo a um dente inflamado, por exemplo, é diferente da resposta que qualquer outra pessoa possa mostrar em relação

àquele particular dente, desde que ninguém mais pode estabelecer o mesmo tipo de contato com ele. Os eventos que acontecem durante uma excitação emocional ou em estados de privação, freqüentemente são únicos e inacessíveis aos outros pela mesma razão; neste sentido, nossas alegrias, tristezas, amores e ódios são particularmente nossos. Com respeito a cada indivíduo, em outras palavras, uma pequena parte do universo é privada. (1953/1981, p. 248)

Natureza dos eventos privados

Embora admita a existência de eventos privados, Skinner não aceita que tenham uma natureza diferente da dos eventos públicos, isto é, opõe-se à separação entre um mundo de natureza física e um mundo de natureza não-física, expressando uma postura monista em relação ao ser humano. Assim, difere das posturas dualistas, as quais admitem haver mundos ontologicamente diferentes, como, por exemplo, substâncias materiais e espirituais.

O dualismo cartesiano (que considera a mente com características diferenciadas das do corpo) pode ser considerado, segundo Lampreia (1996), parâmetro no debate filosófico contemporâneo da consciência. A concepção cartesiana de mente envolve duas suposições: a) os fenômenos mentais são não-físicos; b) o único conhecimento confiável é o dos próprios estados mentais, já que é um conhecimento imediato e direto.

Expressando uma postura monista em relação ao ser humano, Skinner considera que os eventos privados têm a mesma natureza que os eventos públicos, isto é, ambos são físicos; como afirma, há um mundo no interior do indivíduo, mas este é tão físico quanto o mundo exterior.² O autor, portanto, rejeita a noção cartesiana de mente não-física, mas admite a existência de eventos privados. Tal como destacado por Moroz (1991), aceita “inclusive, ser possível utilizar a própria introspecção (auto-observação) como instrumento metodológico, já que para ele eventos privados também são considerados dados, sendo um erro não considerá-los como tais” (p. 73).

Ao falar de eventos privados, Skinner faz referência ao “mundo dentro da pele”. Desse mundo certamente faz parte tudo o que está relacionado ao funcionamento corpóreo – órgãos, vísceras, glândulas, vasos sanguíneos, etc.

² Posteriormente ficará claro, também, que Skinner opõe-se ao segundo aspecto da concepção cartesiana.

(estimulação interoceptiva), músculos, tendões, articulações, postura e movimentos (estimulação proprioceptiva), visão, audição, tato, olfato e paladar (estimulação exteroceptiva); desse mundo fazem parte, também, os fenômenos que tradicionalmente são referidos como afetivos (emoções e sentimentos) e cognitivos (pensamentos). Esse mundo “dentro da pele” é considerado, por ele, como um mundo de eventos comportamentais: ocorrem tanto estimulações quanto comportamentos. Os dois textos, apresentados a seguir, mostram Skinner fazendo referência tanto a estimulações quanto a comportamentos que ocorrem de forma encoberta.

É claro, há diferenças entre estímulos externos e internos que não são meras diferenças de local. Os estímulos proprioceptivos e interoceptivos têm uma certa intimidade. São passíveis de serem especialmente familiares. Estão conosco; não podemos escapar de uma dor de dente tão facilmente como de um barulho ensurdecedor. Podem muito bem ser de um tipo especial; os estímulos que sentimos no orgulho e na tristeza podem não se assemelhar muito com os que sentimos com lixa ou cetim. Mas isto não significa que sejam diferentes quanto ao seu *status* físico. (1969/1984, p. 347)

O comportamento mais facilmente observado ao nível encoberto é verbal. Falamos conosco mesmos como falamos alto e respondemos como respondemos ao comportamento dos outros ou ao nosso próprio quando falamos alto. (...) A especial conspicuidade do comportamento verbal encoberto levou John B. Watson a arriscar a suposição de que todo o pensar era fala subvocal, mas o comportamento não-verbal pode ser encoberto. É talvez mais fácil alguém falar consigo mesmo sobre andar de bicicleta do que “andar de bicicleta consigo mesmo”, mas o comportamento não-verbal pode ser automaticamente reforçador ou reforçado graças ao seu papel no autogoverno intelectual. (1968/1972, p. 117)

Os trechos acima, além da explicitação do monismo ontológico, permitem evidenciar dois aspectos. Primeiro, ao fazer referência aos estímulos, Skinner deixa claro que não se refere apenas aos relacionados aos órgãos dos sentidos, sugerindo outros, como os relativos aos sentimentos (orgulho, tristeza). Segundo, ao se referir aos comportamentos, o autor chama a atenção para o fato de que tanto o comportamento verbal quanto o comportamento não verbal podem ocorrer de forma encoberta. Para Skinner, ao falar consigo mesmo, diante de certas circunstâncias, o indivíduo *está se comportando*, tanto quanto o estaria ao falar com outras pessoas; a diferença é que o “falar consigo mesmo” é um compor-

tamento que retrocedeu para o nível encoberto. Essa afirmação – *retroceder para o nível encoberto* – indica que o comportamento foi *originariamente* público, *passando a ser* encoberto.

Em suma, o perceber, o sentir, o pensar são entendidos por Skinner como eventos comportamentais que ocorrem encobertamente, podendo, nesta condição, ser comportamento ou estímulos funcionalmente relacionados a comportamentos. Embora rejeite a noção de um mundo não físico, ao elencar como objeto de estudo o comportamento dos organismos, Skinner elege como unidade de análise as relações organismo-ambiente, das quais fazem parte eventos públicos e/ou privados.

Nesse ponto, convém esclarecer a posição de Skinner sobre as relações organismo-ambiente, claramente exposta no trabalho de Micheletto e Sérgio (1993), que discute a concepção de homem implícita na proposta skinneriana. Afirmam as autoras:

Não deve pairar dúvida sobre a caracterização que Skinner faz desta relação homem-ambiente. (...) Desde o início, Skinner caracteriza o comportamento que compõe a relação operante como aquele que produz conseqüências e, exatamente por isso, tais conseqüências não poderão ser nunca “incidentais” (1935). A importância desta caracterização está no termo produzir; ele indica que o comportamento é indispensável porque ele é que produzirá aquilo que passará a fazer parte de seus determinantes. Dito de outra maneira, a conseqüência depende do comportamento e o determina. (p. 13)

Essa noção relacional é claramente explicitada por Skinner que, ao iniciar sua obra *Verbal Behavior* (1957/1992), afirma “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas conseqüências de sua ação” (p. 1). Em outras palavras, o organismo, ao atuar, produz conseqüências que têm efeitos sobre o próprio organismo como um todo. Como salientado por Micheletto e Sérgio (1993, p. 14):

Desde o início, Skinner enfatiza estar lidando com o organismo como um todo (...) é a totalidade do organismo ou pessoa que está sendo alterada na interação com o ambiente, e esta sua posição aparece em vários textos e na abordagem a diferentes temas, por exemplo: ao discutir o perceber (1974/1976, p. 93), ao discutir o pensar (1974/ 1976, p. 121), ao discutir o modelo de seleção por conseqüências. (1981/1987, p. 59)

Se na relação organismo-ambiente considera-se o organismo em sua totalidade, então os eventos privados precisam ser contemplados. Reitera-se, assim, a afirmação, feita no início do presente texto, de que Skinner considera os eventos privados como legítimo objeto de estudo da ciência do comportamento, muito embora rejeite a noção de mente não física.

Os eventos públicos e privados distinguem-se por sua potencial capacidade de interferência sobre os indivíduos; isto porque, enquanto um dado evento público pode afetar mais de um indivíduo, um evento privado não apresenta esta possibilidade, *afetando apenas o próprio indivíduo*. Ora, se afeta apenas o próprio indivíduo, então apenas ele pode ter acesso aos eventos privados, pois só ele pode detectar sua ocorrência. Para Skinner, a diferença entre eventos públicos e privados não é, portanto, de natureza, mas de acessibilidade. Assim, ao falar que “Cada pessoa está em contato especial com uma pequena parte do universo inserida nos limites de sua própria pele” (1969/1984, p. 225), Skinner faz referência àquilo que, potencialmente, só é acessível ao próprio indivíduo.³

Admitir a acessibilidade, por um indivíduo, dos seus eventos privados não significa, porém, que eles serão necessariamente acessados e, caso o sejam, que o tenham sido acessados confiavelmente. Com o objetivo de evidenciar uma nova faceta da posição de Skinner sobre os eventos privados, recorrer-se-á a Chauí (1976). Em texto que discute a subjetividade, fica claro que há uma vertente filosófica que privilegia o homem interior, privilégio que transparece no fato de se aceitar a certeza do autoconhecimento, certeza que se torna fundamento de todas as outras certezas. Nas palavras de Chauí (ibid.):

(...) não encontra dificuldade de princípio no autoconhecimento, pelo contrário, considera-o o mais primitivo e determinante e o mais “fácil”, (...) considera que se se partir de um conhecimento verdadeiro da subjetividade, de seu poder e de seus limites poder-se-á conhecer tudo (dentro de certos limites) com verdade. (p. 30)

Diferenciando-se de posturas assim retratadas, Skinner coloca em questão o quanto o indivíduo tem acesso ao que lhe ocorre encobertamente, questionamento esse decorrente de um pressuposto: o de que o mundo privado do indivíduo é um produto social.

3 O termo acessível indica a possibilidade de acesso, diferentemente do termo acessado, que indica o acesso ocorrido. Dizer “isto não pode ser acessado” indica uma impossibilidade pontual, num determinado tempo/espço; por sua vez, “isto não é acessível”, indica a impossibilidade de ocorrência do acesso ao fenômeno.

Evento privado como produto social

Segundo o autor, com exceção do que é disponível pelo aparato genético, tudo o que se passa sob a pele (e aqui se está falando de sentimentos, percepções, estados e não só do pensamento) é um produto social. Isso significa dizer que é a comunidade (e a comunidade humana é verbal) que ensina ao indivíduo não só a nomear objetos que vê, mas também a se referir ao que sente, percebe, pensa. Mais do que isso, o indivíduo vive, pensa, é aquilo que a comunidade verbal na qual está inserido lhe *ensina* a viver, pensar, ser. Como afirma Skinner (1945/1984) “só porque o comportamento do indivíduo é importante para a sociedade é que a sociedade o torna, então, importante para o indivíduo” (p. 551).

Para Skinner, o mundo privado do sujeito constrói-se socialmente; aquilo que da privacidade é conhecido depende de (ou está relacionado ao) quanto e como a sociedade lhe ensinou a relatar seu mundo privado. O indivíduo pode falar sobre o que sente, pensa ou sonha porque foi ensinado a relatar, aprendendo a *interpretar* o que lhe acontece encobertamente. Logo, este mundo privado não é tão simples de se conhecer nem o único sobre o qual poder-se-iam obter certezas, tal como defendia Descartes, isto porque ensinar a relatar eventos privados é ensinar a relatar algo a que a sociedade não tem acesso direto.

Para exemplificar, considere-se a maneira pela qual a comunidade ensina a relatar acontecimentos públicos aos quais, ambos, comunidade e aprendiz, têm acesso. Suponha-se alguém ensinando uma criança a dizer *gato*: a comunidade (mãe, tia) demonstra a adequação da resposta *gato* (provê estímulos reforçadores) quando esta resposta ocorre apenas na presença do referido animal e não de outros. Quando apenas na presença de gatos a palavra é dita (a *presença* do gato torna-se, então, um *estímulo discriminativo* para a palavra *gato*), afirma-se que a criança aprendeu a nomear aquele animal. Como já mencionado, tanto a criança quanto a comunidade têm acesso ao objeto nomeado, o que parece não trazer problemas para a compreensão acerca de como se dá o processo de ensinar a relatar eventos públicos.

O que dizer, no entanto, do aprendizado de respostas que se referem a acontecimentos a que só o próprio indivíduo tem acesso? Se o que se passa sob a pele de uma pessoa é algo que só a ela afeta, portanto só ela tem contato, como a comunidade lhe ensina a relatar o que ocorre? Estas questões são as que Skinner destaca ao tratar da subjetividade do indivíduo.

Ensinando a relatar eventos privados

Segundo Skinner (1945/1984), há diferentes maneiras por meio das quais a comunidade procura ensinar o indivíduo a relatar o que se passa no seu mundo privado. Em todas elas a comunidade *infere* – uma vez que não tem acesso direto – a ocorrência de eventos comportamentais (estímulos e comportamentos) que estariam ocorrendo *sob a pele* do indivíduo.

Numa das formas pelas quais a comunidade ensina o indivíduo a relatar o que se passa no seu mundo privado, ela pode se basear na observação de respostas colaterais públicas emitidas pelo indivíduo e supor que haja uma certa estimulação privada, relacionando as respostas públicas a esta estimulação. No caso de uma criança que coloca as mãos sobre os olhos, chora e corre em direção oposta de um animal, a comunidade pode inferir que a criança está com medo. O adulto tenderá a perguntar-lhe: “Você está com medo?”. Nas palavras de Skinner (1945/1984),

a comunidade infere o estímulo privado [medo], não dos estímulos públicos acompanhantes [animal presente na situação], mas das respostas colaterais [públicas: colocar as mãos sobre os olhos, chorar, afastar-se do animal] ... (p. 549).

Uma outra maneira por meio da qual a comunidade ensina uma resposta verbal a um estímulo privado é a observação de indícios públicos provocados por algum evento. Por exemplo, uma criança apresenta um corte ou sangramento (algum indício público) em alguma parte do corpo e um adulto lhe pergunta se ela está sentindo dor. Segundo Skinner (1957/1992),

Ensina-se uma criança a dizer ‘Dói’ de acordo com o uso que a comunidade faz do termo tornando o reforço contingente a certos acompanhamentos públicos de estímulos dolorosos (uma pancada forte, lesão na pele, etc). (p. 131)

Uma terceira possibilidade: a comunidade pode observar o próprio comportamento público, descrevendo-o através de figuras de linguagem. Segundo Skinner (1957/1992), grande parte do vocabulário utilizado para *descrever* emoções, sentimentos ou para adjetivar estados internos caracteriza-se como figuras de linguagem designadas por metáfora ou metonímia. Assim, uma pessoa é capaz de se reportar aos estados internos usando expressões como *tristeza aguda* ou *peso na consciência*, ou, ainda, *estômago embrulhado*. Em artigo sobre os senti-

mentos, ele analisa etimologicamente vários termos utilizados para designá-los; o papel dos eventos públicos, o recurso a metáforas e a transferência de palavras de um contexto público para a designação de eventos privados podem ser observados nos trechos a seguir.

Quase sempre elas (as palavras usadas na referência a estados da mente ou a processos cognitivos) começaram como referência tanto a algum aspecto do comportamento ou à situação na qual o comportamento ocorreu. Somente muito vagarosamente elas se tornaram vocabulário de algo denominado mente. Experiência é um bom exemplo. Como Raymond Villanes (1976) apontou, a palavra não era usada para fazer referência a algo sentido ou observado introspectivamente, até o século 19. Antes desse tempo significava literalmente a experiência (do latim *experi*) pela qual uma pessoa teria passado, ou o que hoje chamaríamos uma exposição a contingências de reforçamento. (1989, p. 13)

Todas as palavras usadas para designar sentimentos começaram como metáforas, e é significativo que a transferência sempre tenha sido do público para o privado. Nenhuma palavra parece ter sido originada como nome de um sentimento. (Skinner, 1989, p. 8)

Em casos como os aqui exemplificados, a comunidade reforça uma resposta a eventos privados que *guardam alguma relação com eventos públicos*. Tal resposta pode ser transferida para um evento privado justamente em virtude das propriedades comuns que existem com eventos públicos. O exemplo fornecido por Skinner, no trecho a seguir, é revelador do papel dessa relação na constituição dos termos que designam emoções e sentimentos.

A primeira pessoa a dizer “Estou preocupado” emprestou uma palavra que significava “sufocado” ou “estrangulado”. (Raiva, angústia e ansiedade também se relacionam a uma outra palavra que significava “sufocado”.) Porém, quanto o estado corporal era parecido com o efeito de sufocamento que a palavra usada descreveu? (1989, p. 8)

Skinner faz referência, ainda, a uma outra possibilidade – a comunidade ensina o indivíduo a relatar seu próprio comportamento tendo por base a observação do que está ocorrendo, dessa forma capacitando-o a descrevê-lo quando ocorre de forma encoberta. Como afirma Skinner:

O falante pode adquirir comportamento verbal descritivo de seu próprio comportamento. Embora a comunidade possa estabelecer repertório somente baseado as contingências reforçadoras sobre o comportamento observável, o falante eventualmente exhibe-o sob controle de eventos privados. (1957/1992, p. 313) As contingências necessárias para o comportamento autodescritivo são arranjadas pela comunidade quando ela tem motivo para perguntar “O que você disse?”, “Por que você disse aquilo?”, etc., porque as respostas são úteis de diferentes formas. (ibid., p. 314).

Muitos exemplos desse tipo de situação podem ser lembrados, como o da criança que rabisca um papel com um lápis; ao lhe perguntar “O que você está fazendo?”, a comunidade ensina-a a relatar o que faz. Tendo aprendido a descrever este seu comportamento, a criança pode fazê-lo novamente em outras situações, inclusive quando o ocorrido se deu de forma privada, como, por exemplo, ao relatar um sonho em que fez algo similar.

Afirmar que o evento privado é um produto social implica identificar o papel da comunidade não só no ensino do relato de eventos privados, mas também no *retrocesso* de comportamentos públicos ao mundo privado. A comunidade estimula o retrocesso de muitos comportamentos públicos ao mundo privado, como quando solicita que a criança deixe de ler em *voz alta* ou passe a fazer contas *de cabeça*. Segundo Skinner:

A contingência original pode ser baseada no comportamento, externamente observável, do organismo, mesmo que isso estimule o falante e a comunidade de modos diferentes. Se o comportamento é então reduzido em magnitude ou escala, alcançar-se-á um ponto no qual os estímulos privados sobrevivem, mesmo que os estímulos públicos desapareçam. Em outras palavras, o comportamento pode ser executado de forma tão fraca ou tão incompleta que não chega a ser visto por outra pessoa, apesar de continuar a ser suficientemente forte para estimular quem emite o comportamento. (Skinner, ibid., p. 133)

Pelo exposto até o momento, em relação aos eventos encobertos, fica claro que para ensinar a relatá-los, a comunidade se apóia em eventos que ocorrem publicamente; há diferença de acesso entre aprendiz e comunidade: ambos têm acesso ao evento público, porém só o aprendiz tem acesso ao que lhe ocorre concomitantemente de forma encoberta. No caso dos eventos públicos, estabelece-se certo grau de confiabilidade na relação entre o evento e o relatado.

Entretanto, quando o relato se refere a eventos encobertos, pode-se questionar o grau de precisão passível de ser alcançado. Ao admitir que a comunidade não pode colocar o comportamento autodescritivo sob controle preciso dos eventos privados, pois estes lhe são inacessíveis, Skinner evidencia o quão problemático é o conhecimento e o relato do que ocorre privadamente, diferentemente do que o faria supor Descartes. Daí afirmar que o behaviorismo radical “não nega a possibilidade da auto-observação”, mas “suscita o problema de quanto do nosso corpo podemos observar” (1974/1982, p. 19).

Esta discussão é crucial para a educação, uma vez que é comum ao professor utilizar indícios públicos para inferir o que se passa no mundo privado dos aprendizes (seus “estados”, emoções ou o que se denominariam predisposições ou motivações para a aprendizagem), sem se questionar sobre a validade dessa inferência. Por exemplo, quando uma criança está com o olhar fixamente direcionado para o professor, ele pode inferir que está atenta ao que está sendo dito e que possui um pré-requisito importante para a aprendizagem (seja em geral, seja sobre o tema em questão); pode, inclusive, chegar a verbalizar “Olha, quanta atenção!”, apoiando-se em indícios públicos (olhar fixo na direção da lousa, permanecer sentada em silêncio) que podem não estar relacionados ao atentar. Não há como afirmar com precisão se a criança está prestando atenção (ou o que está sentindo, pensando), uma vez que esses eventos são privados.

Autoconhecimento e autocontrole

O anteriormente exposto permite entender a posição de Skinner sobre o autoconhecimento⁴ e o autocontrole, que se supõe sejam também negligenciados pelo autor.

Segundo Skinner, o que uma pessoa conhece de si mesma depende das contingências às quais ela foi exposta durante a sua vida, ou seja, a condição para o autoconhecimento é dada pela comunidade à qual o indivíduo pertence. Como explicita Skinner:

O ambiente, seja público ou privado, parece permanecer indistinto até que o organismo seja forçado a fazer uma distinção. Alguém que tenha sido requisitado a fazer discriminações finas [sutis] de cores concordará que agora “vê” cores

4 Discussão aprofundada sobre o autoconhecimento é feita por Tourinho (1995).

que anteriormente não “via”. (...) Experimentos nos quais organismos permanecem na escuridão tendem a confirmar o ponto de vista de que o comportamento discriminativo espera por contingências que forcem a distinção. Agora, auto-observação é também produto das contingências discriminativas, e se a discriminação não pode ser forçada pela comunidade, pode nunca ocorrer. Embora [possa parecer] estranho, é a comunidade que ensina o indivíduo a “conhecer a si próprio”. (1957/1992, p. 134)

O autoconhecimento é de origem social. Só quando o mundo privado de uma pessoa se torna importante para as demais é que ele se torna importante para ela própria (...). Mas o autoconhecimento tem um valor especial para o próprio indivíduo. Uma pessoa que se tornou “consciente de si mesma” por meio de perguntas que lhe foram feitas está em melhor posição de prever e controlar seu próprio comportamento. (1974/1982, p. 31)

Para Skinner, o indivíduo tem autoconhecimento quando é capaz de descrever o próprio comportamento e as razões que o levam a se comportar de uma dada maneira, isto é, quando consegue descrever as contingências sob as quais se comporta; em outras palavras, alguém é consciente de si se sabe o que faz e por que o faz. O último dos trechos acima permite evidenciar que o autoconhecimento é importante porque, conforme o indivíduo se torna *consciente* do que ocorre consigo pública e privadamente (seus pensamentos, sentimentos, percepções, emoções), ele tem mais chances de prever e controlar seu comportamento.

A alteração do próprio comportamento, por alguém, é entendida, por Skinner, como autocontrole; como afirma, autocontrole é a “manipulação direta de sentimentos e estados mentais” (1974/1982, p. 153). Exemplificando, ao tornar um comportamento indesejado menos provável, através da alteração das variáveis das quais ele é função, o indivíduo está se autocontrolando. Este é o caso, por exemplo, de uma pessoa que descobriu que se reunir com os colegas na hora do café aumenta a probabilidade de fumar (resposta indesejada); sabedora disso, ela está em melhor posição de prever e de controlar o seu comportamento, pois conseguiu detectar algumas das variáveis das quais seu comportamento de fumar é função.

Skinner acrescenta, no entanto, que saber descrever as variáveis das quais o comportamento é função (autoconhecimento), embora de suma importância para o autocontrole, não é suficiente para que o indivíduo se controle (no exemplo, parar de fumar). Isto significa dizer que, embora necessário, *estar consciente*

de não é suficiente para possibilitar o autocontrole, isto porque variáveis que controlam o comportamento podem não ser manipuladas pelo sujeito. De acordo com Skinner:

O homem pode gastar grande parte do tempo planejando sua própria vida – pode escolher com muito cuidado as circunstâncias nas quais viverá, e pode manipular seu ambiente cotidiano em extensa escala. Essa atividade parece exemplificar um elevado nível de autodeterminação. Mas isso também é comportamento, e o explicamos em termos de outras variáveis no ambiente e na história do indivíduo. São essas variáveis que fornecem o controle final. (1953/1981, p. 233)

Pode-se dizer, portanto, que quanto mais uma pessoa consegue manipular as variáveis que controlam seu comportamento, mais autocontrole terá; assim, podemos afirmar que não existe autocontrole total do indivíduo, mas sim níveis de autocontrole.

Diferentemente de outras posturas teóricas, para Skinner, ter consciência e exercer o autocontrole não são nem prerrogativas inerentes ao ser humano, nem necessariamente presentes, pois são produzidas socialmente; logo, pode-se dizer que são possibilidades que, quando exercidas, se constituem como especificidades do ser humano, já que não estão presentes em outras espécies animais.

Papel dos eventos privados

Finalmente, é preciso explicitar a posição de Skinner sobre o papel dos eventos privados. Outras abordagens, como evidenciado nos trechos de Chauí e Lampreia, e até mesmo a tradição cultural e religiosa, atribuem aos sentimentos, emoções e pensamentos papel inerentemente explicativo dos comportamentos públicos, isto é, estes são entendidos como sendo causados por aqueles. Diferentemente, para o behaviorismo radical, sentimentos, emoções, pensamentos etc., não são tidos como explicações inerentes dos comportamentos, isto é, não se pode considerar o *status* causal como um atributo necessário dos eventos privados, mas, ao contrário, tanto quanto os comportamentos públicos, os eventos privados devem ser explicados.

Exemplificando, é comum professores dizerem que os alunos são indisciplinados porque estão revoltados, que o aluno vai mal na escola porque não tem autoconfiança, não tem interesse. Nessas afirmações, explicam-se indisciplinados e desempenho inadequado dos alunos apelando àquilo que eles sentem, no caso, revolta, ou àquilo que não possuem, no caso, autoconfiança ou interesse, supondo que a “causa” está no aluno, desconsiderando as contingências a que está exposto. Diferentemente, para Skinner, tanto a revolta, a falta de confiança, o desinteresse, quanto a indisciplinados e o mau desempenho precisam ser explicados. Isto porque, para ele, um ser (humano ou não) muda como um todo ao se relacionar com o ambiente, como já explicitado anteriormente.

Uma pessoa colérica pode ter pulso rápido e rosto afogueado; seu comportamento pode localizar-se intensamente no objeto de sua cólera e não ser controlado por outros traços do ambiente; ela pode revelar forte tendência de fazer mal a este objeto (“Eu seria capaz de matá-lo”) ou então de fato causar-lhe dano. Pode sentir grande parte da condição de seu corpo nesse momento e considerá-la como uma causa de seu comportamento, mas ela é, de fato, parte do efeito para o qual se procura uma causa. Tanto o comportamento como as condições colaterais sentidas devem ser explicadas. Afinal de contas, por que a pessoa *agiu* e se sentiu irada? (1974/1982, p. 136, destaque do próprio autor)

Fica claro que, na visão skinneriana, eventos públicos e privados precisam ser explicados, pois, como já destacado, os eventos privados são produto social, portanto sua origem é encontrada no ambiente. Se na citação acima se evidencia que Skinner exclui como fator causal o que ocorre encobertamente (as condições sentidas), há situações em que ele admite que eventos encobertos podem participar como variáveis que interferem no comportamento público, caso típico da resolução de problemas, conforme salientado por diferentes autores (Moroz, 1991; Tourinho, 1997; Simonassi, Tourinho e Silva, 2001).

Como considerar tal oscilação nas afirmações de Skinner? Segundo Tourinho, não se pode interpretar tal oscilação como contradição; ao contrário, há coerência na postura de Skinner, já que

No campo teórico, trata-se de apontar que quando o interno entra no controle do comportamento não se trata de um controle *naturalmente* interno, mas de um controle *circunstancialmente* interno e originariamente dotado de dimensões públicas que podem ser retraçadas. (Tourinho, 1997, p. 208, destaque do próprio autor)

Em suma, no pensamento skinneriano, o evento encoberto não tem *status* explicativo inerente, embora possa participar pontualmente como variável de controle do comportamento; por ser um produto social, o ambiente é a origem do evento encoberto que, uma vez produzido, pode vir a fazer parte das variáveis que controlam o comportamento publicamente observável.

Finalizando, pode-se afirmar, como o fez Skinner, que o behaviorismo radical diferencia-se de outras vertentes behavioristas porque não nega nem a existência, nem o estudo dos eventos privados. O termo radical deve ser entendido, então, como *raiz, origem*, ou seja, como busca da explicação dos fenômenos considerando a história filogenética, ontogenética e cultural do organismo e, ainda, no sentido de radicalizar a não aceitação dos estados internos como explicação causal inerente do comportamento.

É essa radicalidade que deve ser entendida, quando se fala no antimentalismo de Skinner. Conforme salientado por Lampreia (1996), Skinner defende seu antimentalismo partindo de dois pressupostos: o primeiro, que rejeita a noção de mente não física, não a considerando como uma entidade, mas sim como eventos privados físicos, ou seja, como estímulos e respostas do corpo do indivíduo. O segundo pressuposto é a rejeição da noção de livre-arbítrio e de uma determinação interna do comportamento.

Skinner não nega nem exclui, muito embora problematize, o estudo da privacidade numa ciência do comportamento. Entender essa problematização é fundamental, não só para a Psicologia buscar alternativas metodológicas para estudar os eventos encobertos, mas também para a Educação, que, em seu campo de atuação, precisa considerar a ocorrência desses eventos.

Resumo

Em livros publicados no Brasil e voltados para a formação de professores, há afirmações recorrentes de que o behaviorismo radical ignora eventos tais como consciência, sentimentos, estados mentais. Dado que tais afirmações não estão relegadas ao passado, mas encontram-se presentes em textos publicados ou reeditados recentemente, considera-se relevante abordar a concepção skinneriana da subjetividade humana. Para tanto, no presente trabalho, apresenta-se o entendimento de B. F. Skinner sobre o evento privado – conceito esse fundamental na proposta do autor – focalizando sua natureza, *status* explicativo e determinação social; ainda, realiza-se uma incursão

ao tratamento dado por Skinner ao autoconhecimento e autocontrole, pontuando-se algumas relações com a educação.

Palavras-chave: behaviorismo radical; subjetividade; eventos encobertos.

Abstract

In books published in Brazil that deal with teacher education, it is frequently stated that radical behaviorism ignores events as conscience, feelings, mind. As such statements are not things of the past, but, instead, they are present in recently published texts, it becomes important to examine Skinner's conception of human subjectivity. This paper presents Skinner's view on private events – a fundamental concept in his theory – focusing on their nature, their explanative status and their social determination. It also discusses the way in which Skinner deals with self-knowledge and self-control, pointing to some relations to education.

Key-words: Radical behaviorism; subjectivity; private events.

Resumen

Hay informaciones seguidas, en libros publicados en Brasil y direccionados a profesores, de que el behaviorismo radical ignora eventos como conciencia, sentimientos y estados mentales. Dado que estas informaciones no están en el pasado, sino presentes en textos publicados o reeditados recientemente, se considera relevante abordar la concepción skinneriana de la subjetividad humana. Para eso, en el presente trabajo, es presentado el entendimiento de B.F. Skinner sobre el evento privado – concepto fundamental en la propuesta del autor – focalizando su naturaleza, status explicativo y determinación social; aún, es realizada una incursión al tratamiento dado por Skinner al autoconocimiento y autocontrol, además de trazar algunas relaciones con la educación.

Palabras claves: behaviorismo radical; subjetividad; eventos encubiertos.

Referências

- Chauí, M. de S. (1976). A destruição da subjetividade na filosofia contemporânea. *Jornal de Psicanálise*, v. 8, n. 20, pp. 29-36.
- Gioia, P. S. (2001). *A abordagem behaviorista radical transmitida pelo livro de psicologia direcionado à formação de professores*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC.
- Lampreia, C. (1996). Skinner e o mundo dentro da pele. *Temas em Psicologia*, n. 2, pp. 29-40.

- Micheletto, N. e Sérgio, T. M. de A. P. (1993). Homem: objeto ou sujeito para Skinner? *Temas em Psicologia*, n. 2, pp. 11-22.
- Moroz, M. (1991). *Resolução de problemas: problema a ser solucionado conceitual e empiricamente. Uma análise da interpretação de B. F. Skinner*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC.
- Simonassi, L. E.; Tourinho, E. Z. e Silva, A. V. (2001). Comportamento privado, acessibilidade e relação com comportamento privado. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14, n. 1, pp. 133-142.
- Skinner, B. F. (1945/1984) The operational analysis of psychological terms. *The Behavioral and Brain Sciences*, n. 7, pp. 547-553.
- _____ (1953/1981). *Ciência e comportamento humano*. 5 ed. Trad. de João Cláudio Todorov e Rodolpho Azzi. São Paulo, Martins Fontes.
- _____ (1957/1992). *Verbal Behavior*. Cambridge, Massachusetts, B. F. Skinner Foundation.
- _____ (1968/1972). *Tecnologia do ensino*. 3 reim. Trad. fr Rodolpho Azzi. São Paulo, EPU.
- _____ (1969/1984). *Contingências do reforço*. 2 ed. Trad. de Rachel Moreno. São Paulo, Abril Cultural (Col. Os Pensadores).
- _____ (1974/1982). *Sobre o behaviorismo*. Trad. de Maria da Penha Villalobos. São Paulo, Cultrix.
- _____ (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus, Merrill Publishing Company.
- Tourinho, E. Z. (1997). Evento privado: função e limites do conceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 13, n. 2, pp. 203-210.
- _____ (1995). *O autoconhecimento na psicologia comportamental de B. F. Skinner*. Belém, Ed. da Universidade Federal do Pará.

Recebido em novembro de 2004.
Aprovado em novembro de 2004.

Melania Moroz
Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação:
Psicologia da Educação da PUC-SP
E-mail: morozm@pucsp.br

Denize Rosana Rubano
Professora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP
E-mail: drubano@osite.com.br